

Economia-Brasil Roteiro para a estabilização

Não poderia ser melhor o entrosamento entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo brasileiro. De acordo com o cronograma delineado ontem pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, em Bangkok, onde se realiza a assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial, o Brasil poderia chegar a um acordo com aquela instituição em âmbito de "staff" ainda em novembro. Os passos subsequentes até o fim deste ano seriam o encaminhamento da carta de intenções ao "board" do Fundo e a liberação da primeira parcela de um crédito "stand-by" pelo período de vinte meses, no valor de US\$ 2 bilhões.

Isso coincide com a expectativa do governo, mas o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em entrevista concedida antes de seguir para a capital tailandesa, colocou uma condicionante. Só depois de aprovada a reforma tributária pelo Congresso Nacional, disse ele, é que as autoridades brasileiras tensionam formalizar a entrega da carta de intenções para a decisão final do Fundo. Trata-se de uma atitude fácil de entender, uma vez que o Brasil se comprometerá com superávits fiscais ao longo dos próximos dois ou três anos,

que dependem diretamente de medidas já propostas ou que irão sê-lo em breve ao Congresso.

Como prevê o "emendão", o governo tem até 31 de outubro para submeter ao Congresso novas medidas de reforma fiscal, como a atualização monetária de impostos e outras, que virão juntar-se à reformulação do sistema de repartição de receitas tributárias entre União, estados e municípios, rolagem de dívidas, criação de imposto sobre combustíveis, etc. Como esse "pacote" fiscal está inserido em uma só emenda que trata de outros temas como modernização do Estado, extinção de monopólios, falência de empresas públicas, funcionalismo, sigilo bancário, poder avocatório do Supremo Tribunal Federal (STF), para citar as mais importantes, há correntes parlamentares que defendem que o projeto do governo seja dividido em blocos.

Trata-se de uma questão de alçada do Congresso Nacional. Reconhecemos que o tempo é

curto, faltando pouco mais de dois meses e meio para o término do atual período de sessões legislativas. Se o desmembramento objetivar facilitar o trâmite das medidas propostas, ótimo. Há fundadas razões para suspeitar, porém, de que se trataria de uma manobra para obstruir todo o "emendão". Se isso ocorrer, será profundamente desastroso para o País na fase que estamos atravessando.

Embora possa haver discordâncias quanto a pontos isolados do projeto do governo, não se deve perder de vista que ele resultou, como têm assinalado inclusive parlamentares de oposição, de um entendimento que envolveu primeiro os governadores e, em seguida, as principais correntes político-partidárias. Passando por sucessivas versões, o "emendão" foi consideravelmente enxugado e seu cerne é o saneamento das finanças públicas e o revigoramento do aparelho de Estado, como pre-condições para a retomada do desenvolvimento em um ambiente não contaminado por uma inflação endêmica.

Reconhecemos que certas proposições — como, por exemplo, a redução da participação dos municípios nas receitas do ICMS — parecem injustas a prefeituras que vêm procurando gerir da melhor forma possível os recursos de que dispõem. Mas há um dado que não pode ser esquecido: a arrecadação dos governos em todos os níveis está deprimida em razão direta da retração da economia. Se o País voltar a crescer a taxas significativas, todas as esferas administrativas serão beneficiadas.

É este o espírito com que as reformas econômicas estruturais devem ser encaradas. O atual governo já avançou muito no sentido de abrir e desregulamentar o mercado, vencendo preconceitos de toda ordem. Contudo, o Brasil não conseguiu ainda enquadrar-se em um esquema definido de estabilização da economia. As medidas de ajuste fiscal constituem justamente o roteiro para isso. Esperamos, portanto, que o Congresso, expurgando o radicalismo, aja rapidamente para que o País, ao mesmo tempo que conclui negociações com os credores, possa encaminhar-se para uma nova era de bem-estar.